

**Imagens na palavra jornalística:
um recenseamento imagético em reportagens sobre o desvio e a violência**

*Images in the journalistic word:
An imagery census on reports of misconduct and violence*

Anelise Angeli DE CARLI¹
Ana Tais Martins Portanova BARROS²

Resumo

Este artigo lança mão de duas teorias para procurar manifestações simbólicas no texto jornalístico, através da interseção entre a Teoria Geral do Imaginário e das Teorias do Jornalismo. A análise aprofunda um olhar mitocrítico em oito matérias de capa do mês de novembro de 2011 do jornal Zero Hora. O encontro com diversas imagens que brotam das reportagens nos leva a concluir que, para agir de maneira mais responsável, o jornalista deve assumir decididamente o potencial imagético dos textos da imprensa.

Palavras-chave: Valor-notícia. Noticiabilidade. Imaginário.

Abstract

This paper is based on notions from two theories to look for symbolic manifestations in the news text: an intersection between Imaginary and Journalism Theories. The analysis pores a mythocritical reading to eight cover reports of November 2011 from the newspaper Zero Hora. The discovery of a several images that burst from the articles leads us to conclude that, to act more responsibly, the journalist should definitely assume the imagery potential of press texts.

Keywords: News value. Newsworthiness. Imaginary.

Introdução

A humanidade não se relaciona diretamente com o mundo físico, mas sim através de um intrincado arcabouço de simbolismos que, estes sim, permitem o acesso à

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS.
E-mail: anelisedecarli@gmail.com

² Professora Pós-Doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS.
E-mail: anataismartins@hotmail.com

realidade compartilhada. A relação entre homem e mundo se estabelece através dos significados que sua cultura incute nas coisas-do-mundo.

Com o advento das tecnologias da informação, não somente as fotografias flagrantes, mas as transmissões simultâneas e os imediatos comentários acerca dos eventos da realidade comum ocupam cada vez mais um papel decisivo no cotidiano informativo das populações. Na linha dos estudos etnoconstrucionistas da Teoria do Jornalismo, este trabalho está filiado principalmente às noções do teórico italiano Mauro Wolf, do pesquisador português Nelson Traquina e da socióloga norte-americana Gaye Tuchman. Combatendo o entendimento de notícia como espelho do real – como preconizavam as primeiras teorias hipodérmica e empírica sobre a mass media – este trabalho se reporta à ideia de narrativa jornalística como forma literária de papel eloquente na construção social da realidade utilizada pelos jornalistas (por sua vez pressionados pela coerção organizativa de uma imprensa empresarial) para organizar os acontecimentos.

No topo desta pirâmide depositária e fabricante de produtos da e para a imaginação (BARROS, 2010), o jornalismo elege as palavras que, diariamente, constroem narrativas fabricantes de impressões de mundo. É preciso retomar o potencial do jornalista como autor criativo e do jornalismo como narrativa socialmente responsável pela apreensão do presente em suas instâncias concretas e simbólicas.

Jornalismo de valores

Há pouca dúvida de que os jornalistas acreditam estar envolvidos na busca pela verdade, e é isto que a sociedade espera dessa profissão (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). A verdade jornalística, no entanto, está delimitada pelo processo seletivo dos acontecimentos que se tornam notícia. “Os jornalistas invocam procedimentos rituais para neutralizar potenciais críticas e para seguirem rotinas confinadas pelos limites cognitivos da racionalidade” (TUCHMAN, 1993, p. 75). Um desses rituais estratégicos do jornalismo é a específica capacidade de julgar quais acontecimentos devem tornar-se notícias.

Esse esforço classificatório do jornalista pretende “[...] organizar a experiência do aleatório e lhe conferir racionalidade” (RODRIGUES, 1993, p. 33), o que provoca

efeitos para além de uma editoria bem esquematizada. A escolha de acontecimentos noticiáveis não poderia ser simplesmente explicada como o que há de importante e interessante nos fatos (WOLF, 1995).

Os valores-notícia de seleção tentam explicar o que há de comum entre os fatos que ganham status de notícia. A classificação proposta por Traquina (2002) abarca nove critérios substantivos que constantemente se inter cruzam na escolha das pautas. O jornalismo traz a atualização, as informações acerca do mundo, atendendo a uma necessidade humana. A pesquisa, portanto, pela (1) novidade, é o principal motivador do trabalho jornalístico.

O jornalista fala da sua aldeia e as novidades da localidade ou que nela interessam ao público, como evidencia o valor da (2) proximidade. Acontecimentos próximos podem ocorrer em termos geográficos e culturais, isto é com impacto direto ou indireto na vida das comunidades ou das pessoas. Muito próxima está a ênfase no acontecimento com (3) relevância social e temporal. Esses dois aspectos englobam o que Mauro Wolf (1995) nomeou como relevância do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação.

A (4) notabilidade é uma das características principais do conteúdo jornalístico. Um acontecimento ganha força notória quando afeta ou diz respeito a grande esfera de pessoas (quantidade), quando ocorre algo ao contrário do que se espera (inversão), quando algo denota o não funcionamento regular dos sistemas (falha e excesso ou escassez), e ainda, quando o totalmente imprevisível ocorre (insólito), que pode ser percebido em qualquer surpresa da vida contemporânea.

Um rápido olhar pela história da imprensa evidencia que os mais famosos casos do jornalismo tratam de investigações, catástrofes, revelações. Todas essas infrações surpreendem porque, de certa maneira, representam o (5) inesperado, aquilo que ganha extrema notabilidade de grande história – geralmente provocando o caos nas redações e alterando as formatações editoriais pré-concebidas. O fato, “[...] quanto menos previsível for, mais probabilidade tem de se tornar notícia” (RODRIGUES, 1993, p. 27).

Essa ordem do mundo é entendida como uma ordem lógica, de manutenção, inclusive de status quo. A linha lógica do acontecimento jornalístico instaura um mundo normatizado, caracterizado pela eficácia, pela ponderância, pela ordem (RODRIGUES,

1993). Qualquer aspecto que foge desse princípio organizador, portanto, é suposto que impressione. Compreendemos, portanto, porque o (6) conflito/controvérsia entre declarações de fontes, a arguição inflamada no âmbito político e a prática da violência comumente estampa as capas dos jornais.

Ao lado está a importância de noticiarmos a (7) morte, um dos principais temas do jornalismo. “Onde há morte, há jornalistas” (TRAQUINA, 2002, p. 187). A morte sempre choca, e portanto atrai, pois revela o imponderável e incalculável da vida. As catástrofes interessam pela quantidade de corpos: o número de mortos geralmente é a manchete que anuncia uma tragédia. É o interesse pelo humano que justifica a cobertura de acontecimentos inimagináveis, como acidentes, catástrofes naturais e crimes violentos.

Uma vez que relata sobre a vida cotidiana e suas pequenas mudanças, mas no intuito à universalização e ao registro no tempo dos acontecimentos, desse jornalismo também se espera a escrita de biografias e obituários das personalidades. Além disso, quando o agente principal dos acontecimentos já detém certa simpatia ou familiaridade com o público, os fatos que dizem respeito a ele interessam. A reprodução do patamar da autoridade também é perceptível através do valor-notícia da (8) notoriedade: o reconhecimento dos personagens é vital para qualquer narrativa instigante.

Por último, a continuidade das narrativas qualifica o valor-notícia do (9) tempo. Quando um acontecimento tem seu desenrolar ao longo de determinado período, justifica-se a repetição de um assunto específico nos jornais.

Estruturas do imaginário

A Teoria Geral do Imaginário propõe uma esquematização dos símbolos presentes nas produções humanas. Durand (1997) considera o imaginário – coletivo de símbolos criados pela humanidade para se relacionar com o mundo – como um todo orgânico e dinâmico que se organiza em torno de núcleos ou constelações. A força de convergência desses elementos tem como guia o isomorfismo das imagens simbólicas, isto é, imagens que orbitam em torno de um tema arquetípico.

O conceito de arquétipo é tomado de Carl Gustav Jung (apud DURAND, 1997), que sugere a ideia de imagens simbólicas coletivas imanentes à própria condição de

existência do homem. O arquétipo é uma forma dinâmica, uma estrutura organizadora de imagens (DURAND, 1995). A partir do momento em que ele se associa a uma imagem, torna-se então materializável, reconhecível: este é o instante de concretização do símbolo. Estabelecendo-se uma ordem narrativa para relacionar esses símbolos através da linguagem, temos o mito.

As narrativas mitológicas são o corpus de estudo da Teoria do Imaginário. O texto jornalístico foi tomado aqui como um produto cultural da humanidade, por isso, repletos de significados extraintencionais, que permitem uma leitura de viés simbólico.

O princípio da isomorfia explicado por Gaston Bachelard (apud DURAND, 1997) afirma que a imaginação nasce no corpo do homem, na tentativa de aproximar-se das coisas do mundo, portanto, através do gesto. Por mais que as metáforas transformassem as imagens em outras, suas filhas (como a relação entre caverna úmida e escura–casa–ventre materno), elas sempre serão reversíveis, tal qual a água em diferentes estados da natureza (sólida–líquida–gasosa), sempre será água, por mais que, uma vez percebida simbolicamente, possa materializar uma variedade de sentidos. Os símbolos orbitam, portanto, ao redor de um tema arquetipal. A organização sempre dinâmica dessas imagens simbólicas se daria em torno de três regimes, baseados em três dominantes posturais preconizadas pela reflexologia da Escola de Leningrado, a postural, a digestiva e a copulativa.

A (1) estrutura heroica das imagens traz a liberação das mãos do homem que, frente às diversas situações coercitivas da vida, é capaz de manipulá-las, distingui-las, separá-las, posicionar-se à parte para analisá-las. Instaura-se uma lógica de reconhecimento pela distinção das coisas e um pensamento de ruptura que separa figura do fundo, objeto do ambiente. A estrutura heroica também é chamada esquizomórfica pela insistência em dividir, distinguir a matéria para compreendê-la. A existência dessa estrutura depende de existência de possíveis opostos, isto é, há a insistência num maniqueísmo das imagens, na busca de uma antítese, e o princípio lógico predominante será a busca pela identidade, pela afirmação pessoal – resultando, no clímax, num esforço autístico.

Englobando a dominante digestiva, a (2) estrutura mística evoca imagens transformadoras operadas com realismo sensorial. Uma espécie de eufemismo, como afirma Durand (1997), relaciona-se à descida ao estômago onde operam as sensações

térmicas, olfativas, táteis e gustativas. Aqui as imagens não serão mais “[...] a ascensão até o cimo mas a penetração de um centro, e às técnicas ascensionais vão suceder técnicas de escavação” (DURAND, 1997, p. 199). A inversão opera numa dialética duplamente negativa, realizando um processo que por negação ou por um ato negativo se destrói o efeito da primeira negatividade, reconstitui o positivo (DURAND, 1997, p. 203). As imagens surgem com um sentido oposto ao usual, por isso é também chamada de estrutura antifrástica. Essas imagens permitem a as acepções em que o pequeno vence o grande, o lento alcança o rápido, utilizando as armas do próprio adversário e simpatizando com a totalidade ou uma parcialidade do seu comportamento. Aqui estão elencadas as imagens da fecundidade e da lentidão das vísceras.

Última descrita por Durand, a (3) estrutura dramática preconiza a possibilidade de união, ligação entre os acontecimentos. Aqui se tem a possibilidade de haver concordância entre imagens heroicas e místicas, através da dramatização, isto é, da narrativa. Nota-se, porém, que o objetivo dessa ligação não é a criação de um novo item superador. As imagens, harmonizadas, coexistem. A dominante copulativa inaugura o desenvolvimento de um gesto rítmico/sexual em que o homem harmoniza o combate e a acomodação. A repetição e a progressão acompanham a lógica cíclica. Relacionam-se imagens como a do Filho, do calendário agrícola, das fases lunares, do Deus Plural, do andrógino.

Método da imaginação

Diariamente lidando com as matérias publicadas nos jornais, enfrentamos e absorvemos uma visão do mundo plena de valores e que procura atender através de narrativas informacionais a essa demanda das comunidades por uma ordem social. As pequenas historietas que preenchem desde a segunda metade dos jornais tabloide até as manchetes principais dos grandes veículos contam, de certa forma, o que há de estranho e novo no mundo. Surpreendentemente, esse texto que deve ser, em primeira instância, denotativamente compreendido por uma ampla gama de leitores, é compreendido também em suas instâncias conotativas.

Evitando uma análise psicologizante e, ao mesmo tempo, mantendo os pés nas humanidades das quais provêm os estudos de Comunicação Social, o recurso

metodológico que adotaremos aqui é o primeiro passo do procedimento desenvolvido pelo antropólogo francês Gilbert Durand (1997). O método nos permite encontrar esses símbolos nos textos e perceber elementos de quais estruturas dramática, mística e heroica estão presentes nos textos e sua relação com os critérios de noticiabilidade.

A mitocrítica, pretende verificar os temas e as metáforas obsessivas – os mitemas – nas obras da criação humana. Produz-se um recenseamento das imagens simbólicas repetidamente presentes para posterior contextualização desses recursos de linguagem.

Para não atingir conclusão insuficiente do ponto de vista de uma investigação antropológica, o trabalho de pesquisa deve promover escavações e utilizar-se de lentes de aumento para perceber as motivações intrínsecas ao trabalho analisado. Este artigo sugere possíveis caminhos para o início de uma mitanálise, trazendo a reflexão para as consequências éticas e sociais do jornalismo como criador de discursos sobre o mundo.

Mitocrítica: violência e desvios

Uma matéria de capa de um jornal impresso diário é, certamente, aquela cuja noticiabilidade superou todos os outros acontecimentos do dia. Com um rápido olhar pelos critérios substantivos anteriormente citados (novidade, proximidade, relevância, notabilidade, inesperado, conflito/controvérsia, morte, notoriedade e tempo), é possível perceber que eles procuram identificar a prática da busca por acontecimentos que desviam de uma normalidade do mundo. A inversão, o excesso e a falha operam em relação a quê? Estão relacionadas a esse mundo invisível, esperado, notoriamente ordenado, do qual se espera a manutenção.

Dentre esse mundo caótico, plural e complexo, o discurso jornalístico “[...] surge para organizar a experiência do aleatório e lhe conferir racionalidade” (RODRIGUES, 1993, p. 33). Os eventos fascinantes (BENETTI, 2009) que habitam o jornalismo operam, grosso modo, tal qual o punctum de Barthes (1984). Aquele inesperado que foge à racionalidade mas que nos toca, nos punge, desde a superfície imagética da fotografia, abraça o espectador e o conduz para outro recanto de afetos. Os arautos denunciadores do desvio, contudo, trabalham também para compor o pano de fundo dessas inesperadas, mas certamente, futuras tragédias. Para isso, também retêm e

explicam acontecimentos periféricos, não pungentes, que compõem o quadro geral da experiência compartilhada e ajudam a analisar as imponderabilidades em grandes eventos jornalísticos. Se para a morte e para as surpresas da vida não encontramos solução lógica, os problemas políticos, econômicos e sociais têm, embora difíceis, trajetórias de entendimentos mais convidativas.

Não são todos os acontecimentos que obrigatoriamente representam esses inesperados abruptos e incalculáveis. De verdade, enquanto as surpresas não brotam no mundo, parece que os jornalistas diariamente procuram pequenos casos que, destrinchados pelos discursos da mídia, são explicados, amenizados e arquivados na memória social, servindo de argumento e repertório para análise futura das próximas histórias.

O jornal Zero Hora publica diariamente duas chamadas, uma amparada por fotografia e outra somente textual. Oito das quinze manchetes textuais de capa publicadas na primeira quinzena de novembro de 2011 do tabloide estavam ligados aos temas da violência urbana (infrações à lei e criminalização) ou desvios de conduta.

Tabela 1: Títulos dos matérias do corpus

Dia	Manchete da matéria
03/11	Efeito ONGs: Varredura atinge 121 entidades no RS
05/11	Viagem segura: Força-tarefa para frear acidentes
06/11	Alvo em potencial: Estudantes na mira do crime
07/11	Geografia do crack: Um flagelo que se alastra pelo RS
10/11	Tolerância zero: Projeto amplia rigor da Lei Seca
13/11	Cerco ao tráfico: Década de maior repressão
14/11	Descontrole nas cadeias: Crescem apreensões de celulares na Pasc
15/11	Preço da ressocialização: Infrator custa R\$ 9,4 mil ao mês

Fonte: As autores

É notório que a temática traga vários assuntos de interesse público, preconizados nos valores-notícia, tais como a relevância – pois falam sobre e para o nosso tempo sobre boa quantidade de pessoas envolvidas, tanto infratores quanto vítimas – os

números de morte e o conflito violento. O destaque em todas as matérias sobre criminalização – mais da metade do corpus – foi dado ao agente fiscalizador, enfatizando o papel do Estado como agente de segurança pública e acusando suas falhas e excessos, neste caso, na boa notícia do crescimento de apreensões.

A preocupação, no entanto, não pareceu integrar problemáticas sociais, complexificando os motivos da tomada de caminho errônea desses sujeitos praticantes de desvios de conduta. Essa abordagem estaria mais próxima de uma dramatização do tema, questão raramente encontrada no jornalismo de hard news diário. Os comentários, geralmente matérias frias opinativas, costumam brotar depois de um primeiro momento de revelação e de manchetes. “O ritmo de trabalho jornalístico exige uma ênfase sobre acontecimentos e não problemáticas” (TRAQUINA, 1993, p. 175). É difícil o jornalista, trabalhando na cobertura noticiosa diária, ter condições de elaborar questões mais complexas referentes a um assunto enquanto está subordinado a uma série de constrangimentos organizacionais.

Esse conhecimento integral da situação que é atribuído à fiscalização pública nos remete aos simbolismos da dominante postural, que inaugura o imaginário combativo e dominador sobre as contradições da realidade social. Há uma reprodução da crença no olho uraniano, do ideário da visão à distância e em totalidade, capaz de coibir as infrações e instaurar de volta a paz. O olho que tudo vê tem relação com os símbolos espetaculares da sapiência divina, aliando os personagens fiscalizadores do estado com os deuses sob cuja égide descansam em paz os fieis (DURAND, 1997).

Somente duas matérias, sobre a varredura nas ONGs e sobre o PL da Lei Seca, tratam de ações governamentais sob responsabilidade do governo federal. Das três únicas matérias de política internacional que ganharam evidência no período, duas discorrem sobre as possíveis consequências da fabricação de armas nucleares no Irã e a reação dos EUA sobre o apoio da UNESCO à Palestina, e a outra sobre a postura da presidenta Dilma Rousseff em encontro do G-20. Além da notoriedade dos agentes políticos, fica claro que o valor da proximidade é um critério decisivo para as pautas da Zero Hora. Como destaca inclusive o Guia de Autorregulamentação Jornalística da RBS (2011), afirmando que os veículos da empresa valorizam o localismo como um fator prioritário em seus conteúdos jornalísticos em suas manifestações culturais, sociais, políticas, econômicas e esportivas. De certa maneira, ao enfatizar radicalmente o

regionalismo em suas abordagens – nunca deixando inclusive de adjetivar os sujeitos e gaúchos quando nascidos no Estado – as produções do jornal replicam uma imagem identitária construída na diferenciação do outro, na afirmação autística das características próprias. A atitude, relacionada à postura heroica que evita a mistura, a confusão entre as partes, obedece a um princípio de exclusão primário: as notícias interessantes que não contemplam a realidade dos gaúchos interessam menos ao nosso leitor e, portanto, ganharão menos espaço.

O uso cuidadoso das aspas funciona como um ritual estratégico de objetividade (TUCHMAN, 1993). As aspas protegem o jornalista dos riscos da afirmação, próprios de sua profissão, tais como processos difamatórios e reprimendas dos chefes de redação, mas, ainda, ajudam a atender os prazos de entrega do material. Simbolicamente, o uso contínuo de declarações diretas das fontes nos textos reproduz duas imagens: como citado anteriormente, uma relação heroica com o fato narrado, que se repete de maneira inócua e quase laboratorialmente separada do agente escritor. Com o uso da citação direta o jornalista aponta “isto foi”, tal como requereria o entendimento indicial da fotografia por um Barthes à procura da mãe (1984).

No entanto, é interessante perceber a dupla conotação da fala das fontes. O jornalista, no seu trabalho científico de decoupage das suas sonoras, escolhe as que interessam ao texto. Foi possível perceber que nas reconstituições de acontecimentos dos textos de Zero Hora, a fala dos sujeitos-testemunhas, que falam no intuito de, criando uma nova história através das palavras, simular, cria imagem análoga à do momento experienciado – como fica claro nos casos das vítimas de assaltos próximas ao ambiente escolar (citação abaixo). A contação de história, que muitas vezes é relacionada ao trabalho do repórter, é muitas vezes devolvida por ele a suas fontes através de uma retribuição parcial das potências da fala. O uso de um sensorialismo se aproxima da condição mística das imagens que nos penetram quando reencenadas, repetidas, nos emocionam e, assim, comunicam.

Essa sensação é bastante reproduzida quando o autor escolhe usar as citações intercaladas com a cena contada pelo jornalista para reconstituir as cenas. Muitas vezes finalizando com uma fala da fonte o seu próprio texto, ou seja, repassando toda a imagem conclusiva de seu pensamento para esse sujeito relator, que está dividindo sua

experiência. O apelo ao aspecto emocional na matéria sobre a criminalidade chegando às escolas de classe média é evidente:

– Entra nessa rua – ordenou o criminoso, pressionando o revólver na cintura da aluna. Ele determinou que a adolescente entregasse a mochila escolar, onde imaginava que se encontravam objetos de valor. Tinha razão: Paula carregava, além de cadernos e livros, um celular e um aparelho de MP3. A adolescente ainda implorou: – Deixa eu ficar com os livros, por favor. Tenho prova amanhã. O bandido tirou os livros da mochila, mas, antes de sair correndo, arrancou uma corrente de outro que a vítima trazia no pescoço – presente da família pelo aniversário de 15 anos [...] – Eles disseram que se eu chorasse ou demonstrasse qualquer reação, iriam atirar em mim de dentro do ônibus mesmo – recorda a vítima. Quando os bandidos enfim partiram, ela ao menos pôde cair no choro. Aí teve uma segunda surpresa: nenhuma das pessoas que estavam na parada e perceberam o ataque à adolescente se aproximou para prestar qualquer auxílio. Em prantos, esperou outro ônibus e se refugiou na casa da avó: – Eu chorava bastante e ninguém me ajudou. Não cheguei a ficar traumatizada, mas hoje tomo muito mais cuidado (GONZATTO, Marcelo. Alvo em potencial: Estudantes na mira do crime. Zero Hora, 06/nov/2011. p. 28-29).

Em outro aspecto, no entanto, o esforço do jornalista aqui é de mostrar uma fala limpa, aparentemente sem mediadores, direta da fonte. Mas os processos de produção dessas notícias não é de fato exteriorizado. No entanto, é preciso sempre lembrar que as notícias são o resultado de uma interação social.

[...] onde a natureza da realidade é uma das condições, mas só uma, que ajuda a moldar as notícias. As notícias também refletem 1) os constrangimentos organizacionais; 2) as narrativas que governam o que os jornalistas escrevem; 3) as rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda a atividade jornalística; e 4) as identidades das fontes de informação com quem falam (TRAQUINA, 2001, p. 122).

As notícias aproximam-se mais de pequenas narrativas que se prestam a uma reconstituição aproximada, mas que são veiculadas de “forma indexical” (TRAQUINA, 1993, p. 176). Embora tenham a propriedade de falar não somente dos temas explorados, mas de sua forma de produção, veem a público como parte de grande mosaico de histórias onde é criada uma ordenação artificial dos episódios. Não sabemos, por exemplo, neste tipo de matéria, de que maneira se deu a entrevista com as fontes, ou ainda, como foram feitas as perguntas.

Essa problemática reaviva questões relacionadas às imagens heroicas da dominante postural por pretenderem um tratamento isento e direto das falas coletadas.

Na verdade, tanto leitor quanto outros profissionais, podem depreender do texto que conversas como esta, que discorrem sobre um acontecimento narrando seus detalhes foram, certamente, fruto de uma interação entre seres humanos, jornalista e fonte, e que, portanto, é impossível desarticular dessa narração a influência do repórter – e da imprensa em geral como interlocutor do sujeito que narra sua experiência. Esse recurso de apresentação direta do texto separa os dos sujeitos responsáveis pela matéria, colocando em posição superior o repórter que, já tendo conhecimento do acontecimento, nos relata inclusive com argumentos que atesta a realidade, quais sejam, as falas da fontes (TUCHMAN, 1993).

Considerações finais

A notícia, no entanto, como expressão cultural desse sujeito, jamais deixa de configurar também um registro simbólico. Compreender a notícia como narrativa mitológica significa permitir que dela brotem sentidos outros que a simples relação linear da identidade, da contradição, da causa. Também emanam do texto, e principalmente o jornalístico pela base enfática em relatos da realidade comum, imagens a respeito dos sujeitos e dos acontecimentos que falam não somente dos valores da empresa jornalística, mas também do sujeito-autor, das fontes primárias do texto, e, envolvendo todo esse corpo de relações, os valores culturais da sociedade.

Pensando o jornalismo com a ajuda da Teoria Geral do Imaginário, podemos relacionar imagens e tratamentos com possíveis consequências antropológicas desse fazer. Explorando o julgamento jornalístico, percebemos que as escolhas que compõem o noticiário trabalham numa lógica de distinção, de separação entre o que interessa e o que não interessa. Essa condição de existência é dependente da oposição entre duas instâncias qualitativas dos acontecimentos, fazendo com que o comportamento simbólico dos critérios substantivos de noticiabilidade se aproximem das imagens da estrutura heroica do imaginário. As consequências desse comportamento nos remetem a uma ideia totalitarista que separa certo e errado e, impede a maleabilidade desses critérios. É comum encontrarmos casos em que a atitude da imprensa foi claramente errada em sentidos éticos, mas esses critérios embaixadores da pesquisa jornalística –

aliados à coerção temporal, que também define teoricamente as estruturas do imaginário – impediu um questionamento mais complexo a respeito do tratamento dos temas.

Num aspecto mais amplo, o papel social do jornalista também remete às imagens da estrutura heroica, evidenciadas na imagem da luta: nos símbolos de ascensão (leva para a luz e para o alto/proximidade dos jornalistas dos ícones de “poder” na sociedade como políticos, autoridades e celebridades), nos símbolos espetaculares (diz respeito à luz, ao luminoso/evocando a percepção do palco público, na mídia, na claridade nas evidências e no tratamento dos fatos, da objetividade como ritual estratégico) e nos símbolos diairéticos (distinção cortante entre o bem e o mal/aspecto detetivesco e purificador do trabalho jornalístico como investigador que tira as vendas que encobrem a verdade e os corrupção do poder e da ordem).

A contribuição que esperamos desse trabalho é que cada vez mais no âmbito da produção de jornalismo, o repórter se permita perceber essas manifestações simbólicas registradas no seu texto e saiba tratá-las com responsabilidade. É importante ressaltar que a propriedade simbólica do homem é exatamente sua porta de saída, sua opção outra que não o pensamento linear, causal e simplista. Abrir espaço para o uso mais consciente dos símbolos jornalísticos não é aderir a uma ficcionalidade que mancharia a objetividade da imprensa, mas sim, possibilitar a ela uma alternativa de comunicação. O homem que sai da lógica causa-consequência do plano físico, isto é, abre sua possibilidade de contextualização ao amplo complexo do pensamento, adentra ativamente na cadeia de produção contínua dos símbolos e, assim, responde com mais propriedades às inquietações com as quais vive cotidianamente: as suas e as dos sujeitos fontes e leitores. Se a ética privilegia a ação que prevê redução de danos imbuída de um noção de devir, a ética jornalística deve preconizar a responsabilidade que suas palavras – impregnadas de pragmaticidade, numa primeira avaliação, mais que qualquer tratado filosófico – falam em imensa quantidade e peso rítmicos sobre o mundo.

É importante lembrar que a já antiga ideologia da objetividade acaba por reforçar uma ingênua crença no empirismo científico que, aplicado no campo da comunicação, já se mostrou por inúmeras vezes incompleto e impreciso. O jornalista que fala da vida humana tem que ser fluente na língua de seu interlocutor: é preciso aderir à complexidade dos sujeitos para realmente falar sobre e para eles. No entanto,

esse esforço não significa a perda da simplicidade no texto, mas sim, a perda da superfície simplória dos discursos jornalísticos.

É preciso, no entanto, lembrar que os símbolos sempre procuram equilibrar-se para manter a tranquilidade sobre o assunto contra o qual lutam, a morte. Necessário então lembrar ao jornalista, que está tão imerso nesse contingente autista, idealístico, que outras esferas de abordagens são possíveis. Uma vez que não procure as potências benéficas dessas imagens, os recursos do drama e do realismo sensorial místico podem adentrar os discursos de forma impensada e, por conseguinte, irresponsável. Assumir essa característica possível e necessária à narrativa é um elogio ao trabalho jornalístico. O texto jornalístico que sabe conceder espaço à emoção, ao sutil, à informação não racionalizada, permite ao leitor participar mais ativamente desse momento relatado e, assim, compreender profundamente o drama da mãe das vítimas, as consequências de um desastre natural, a tragédia política-econômica de um país e questionar seus porquês, e tantos outros assuntos recorrentes nas páginas da imprensa.

Ademais, o jornalista ainda é aquele cidadão mais próximo do indivíduo comum que, ainda assim, tem acesso ao presidente, ao artista, ao ídolo, e mais, conversa com eles em tom de igualdade. O jornalista incorpora o trabalho não monótono, não regulado pelo relógio. A surpresa da declaração, a revelação do inesperado, a chave da investigação, são símbolos que os jornalistas dividem com os detetives e os românticos investigadores da literatura clássica. Porque, se o papel heroico que a cultura profissional faz aderir ao jornalista se justifica e se comprova de alguma maneira, é somente na possibilidade de que este repórter promova, mesmo que de maneira singela mas cotidiana, a liberdade dos sujeitos e a aceitação da diferença no contexto da democracia.

Referências

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. Comunicação e imaginário – uma proposta metodológica. In: **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.33, n.2, jul./dez. 2010.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENETTI, Marcia. Jornalismo e imaginário: o lugar do universal. In: MARQUES, Ângela et al. **Esfera Pública, Redes e Jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1993.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1993.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 5. ed. Lisboa: Presença, 1995.